

Eleições internas estimulam debate e buscam unidade, diz Executiva

O PED (Processo de Eleição Diretas) do PT, que elegerá no dia 18 de setembro as novas direções do partido em todo o país, deverá suscitar debates programáticos e estratégicos, evitando brigas internas ou disputas com foco nas eleições 2006. Esta foi uma das principais diretrizes definidas por consenso em reunião ocorrida no dia 2 de maio, quando a Comissão Executiva Nacional discutiu um plano de ação para este ano, com a presença dos presidentes estaduais do partido. Também foi consenso que o PED deverá buscar a unidade partidária.

“Vamos fazer o debate interno, não a briga interna”, reforçou o presidente nacional do PT, José Genoíno, em entrevista a jornalistas no intervalo das discussões da Executiva. “Iremos trabalhar com a temperatura baixa, o que é muito

bom”, afirmou.

Os integrantes da Executiva decidiram não precipitar o debate eleitoral de 2006. Os encaminhamentos de candidaturas e eventuais prévias para as eleições do próximo ano só deverão ocorrer após o PED. “O processo será construído respeitando a força do partido. Nada virá nada de cima para baixo”, ressaltou o presidente do PT.

Nos próximos meses, o partido pretende focar seus esforços em ajudar o governo a construir uma agenda positiva para o país. A prioridade do PT, no momento, é ajudar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a votar, no Congresso Nacional, as questões consideradas fundamentais para o partido, entre elas as reformas tributária e sindical.

Além das reformas, figuram como prioridades a manu-

tenção do crescimento econômico, o combate à violência e os investimentos em programas sociais e de infraestrutura. “O PT pretende levar ao presidente Lula idéias para capitalizar estas realizações nos Estados e regiões”, adiantou o presidente do PT. A reorganização da base política na Câmara também foi um dos pontos citados como urgentes.

O secretário-geral nacional do PT, Sílvio Pereira, apresentou um panorama das possibilidades de alianças nos Estados, mas reforçou que o momento é de “exploração preliminar”. “É importante deixar claro que não vamos fechar nem escancarar as portas”, afirmou o dirigente. As decisões da Executiva serão levadas ao encontro do Diretório Nacional do PT, que acontece nos dias 21 e 22 de maio, na sede nacional do partido, em São Paulo.



PED ocorrerá em 80% das cidades do país

O PED deve ocorrer em cerca de 80% do total de municípios brasileiros. Estão aptos a votar, em âmbito municipal, estadual e nacional, 810.118 filiados de 4.434 cidades, sendo Minas Gerais o Estado com o maior número absoluto de municípios aptos (695), seguido por São Paulo (548) e Rio Grande do Sul (406). Em média, o número de petistas aptos (que se filiaram com antecedência de pelo menos um ano) representa o índice de 7 filiados por mil eleitores.

Nas eleições de 2001, votaram 227.461 filiados de um total de 867 mil, o que representou uma média de 2,5 filiados por mil eleitores. Se este índice se mantiver, devem votar no PED 2005 um total de 287.856 filiados. Mas, segundo explica o secretário nacional de Organização, Gleber Naime, em 2001 o registro geral de filiados era frágil, uma vez que o processo de recadastramento ainda estava em andamento e havia pessoas que,

na prática, não eram mais filiadas. De lá para cá, o recadastramento foi concluído e, além disso, também houve uma campanha de filiação. “Os registros atuais, portanto, são mais fiéis à realidade, o que permite prever que o comparecimento dos filiados às urnas deverá ser superior ao de quatro anos atrás”, afirma.

Estados

Segundo levantamento feito pela Sorg, os Estados que mais cresceram no número de filiados aptos a votar foram Rio de Janeiro (325%), Roraima (231%) e Tocantins (64%). Na outra ponta, os que mais reduziram seus quadros foram Rondônia (-44%), Goiás (-36%) e Espírito Santo (-34%).

Embora tenha reduzido em 18% o número de filiados aptos de 2001 para 2005, o Estado com maior número de petistas em condições de votar é São Paulo. Os seus 190 mil filiados representam 23,5% de todos os que poderão votar no

PED em todo o país. Minas Gerais vem em segundo lugar, com 81 mil filiados, seguida por Rio Grande do Sul, com 78 mil.

No PED 2001, o Rio de Janeiro foi o Estado com maior quorum (66,3%). Uma das razões é o fato de o Estado ter realizado um recadastramento anterior ao do nacional, e estava com seu quadro de filiados “enxuto”. Roraima, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Alagoas tiveram quorum superior a 40%. Os Estados com menor quorum foram Rondônia (12,6%), São Paulo (20,1%) e Goiás (21%).

Regiões

Na análise por região, o Sudeste aparece com 42% do total de filiados aptos ao PED 2005, embora tenha reduzido em 8% em relação a 2001. A região Norte, com 56 mil filiados, tem somente 7% dos filiados aptos. Entre os dois extremos estão as regiões Nordeste (20%), Sul (19%) e Centro-Oeste (11%).

UF	APTOS 2001	VOTOS 2001	FILIADOS HOJE	APTOS PED 2005	% REGIÃO	% BRASIL	EVOL APTOS	FPME
RJ	14.973	10.265	64.962	63.585	18,5%	7,8%	325%	6,2
RR	261	161	972	863	1,5%	0,1%	231%	4,5
TO	3.966	1.548	7.124	6.520	11,6%	0,8%	64%	8,4
AP	4.448	1.291	6.902	6.797	12,1%	0,8%	53%	21,0
MS	24.286	10.525	35.537	34.913	38,1%	4,3%	44%	23,8
SE	6.938	2.439	11.121	9.783	6,0%	1,2%	41%	8,9
PB	15.717	6.810	23.358	22.017	13,6%	2,7%	40%	9,5
MA	8.469	2.932	12.100	11.356	7,0%	1,4%	34%	3,2
AL	5.423	2.130	6.570	6.331	3,9%	0,8%	17%	3,7
PR	43.137	10.338	51.066	49.728	31,8%	6,1%	15%	7,4
MT	12.909	3.482	15.062	14.413	15,7%	1,8%	12%	8,2
SC	27.979	7.955	29.915	28.439	18,2%	3,5%	2%	7,5
DF	25.692	6.440	25.991	25.606	27,9%	3,2%	0%	17,2
PI	11.210	4.004	11.677	11.057	6,8%	1,4%	-1%	5,9
CE	28.783	8.857	28.794	28.011	17,3%	3,5%	-3%	5,6
BA	38.808	9.853	39.357	36.923	22,8%	4,6%	-5%	4,4
AM	7.550	2.173	7.168	6.778	12,1%	0,8%	-10%	4,3
RN	6.581	2.013	6.111	5.623	3,5%	0,7%	-15%	3,0
SP	232.883	47.351	194.459	190.027	55,2%	23,5%	-18%	7,2
PE	38.766	9.570	32.746	30.925	19,1%	3,8%	-20%	5,8
PA	34.036	8.953	26.263	25.631	45,8%	3,2%	-25%	6,6
RS	106.235	29.754	80.713	78.170	50,0%	9,6%	-26%	10,7
MG	112.655	26.656	85.250	81.293	23,6%	10,0%	-28%	6,4
AC	5.303	1.631	3.738	3.583	6,4%	0,4%	-32%	9,6
ES	13.754	3.534	9.565	9.130	2,7%	1,1%	-34%	4,3
GO	26.099	5.487	17.399	16.775	18,3%	2,1%	-36%	4,8
RO	10.429	1.309	6.188	5.841	10,4%	0,7%	-44%	6,5
BR	867.290	227.461	840.108	810.118			-7%	6,9

REGIÃO	APTOS 2001	VOTOS 2001	FILIADOS HOJE	APTOS PED 2005	% BRASIL	EVOL APTOS	FPME
SUDESTE	374.265	87.806	354.236	344.035	42%	-8%	6,7
NORDESTE	160.695	48.608	171.834	162.026	20%	1%	5,2
SUL	177.351	48.047	161.694	156.337	19%	-12%	8,8
CENTRO-OESTE	88.986	25.934	93.989	91.707	11%	3%	11,1
NORTE	65.993	17.066	58.355	56.013	7%	-15%	7,0
BRASIL	867.290	227.461	840.108	810.118	100%	-7%	6,9

Tire suas dúvidas sobre o PED

Quem pode votar — Todos os petistas que se filiaram até 18 de setembro de 2004 podem votar em âmbitos municipal, estadual e nacional, levando um documento de identificação com foto.

É preciso estar em dia com as contribuições. Caso contrário, o petista deverá quitar suas dívidas no ato da votação.

Só participarão do PED os diretórios municipais que registraram o mínimo de 20 filiados inscritos até 18 de setembro do ano passado. As comissões provisórias criadas depois desta data devem ter atingido 20 filiados até 22 de março de 2005 (180 dias antes da eleição) e, nesses locais, haverá votação somente para constituição do respectivo diretório.

Quorum — Para fazer valer o resultado da eleição, o

quorum mínimo em cada município é de 15% dos filiados aptos. No âmbito estadual, é preciso que ao menos 50% dos municípios apurados tenham atingido o quorum necessário. Caso contrário, os resultados da eleição naquele Estado são cancelados.

Nas 13 cidades em que o PT está organizado em diretórios zonais (capitais com mais de 500 mil eleitores e demais municípios com mais 1 milhão de eleitores), é necessário que ao menos 50% dos zonais tenham um quorum mínimo de 15% dos filiados aptos.

Principais alterações

★ A partir de agora, o número de suplentes de cada chapa não será limitado a um terço do total da chapa. Todos os componentes que não forem eleitos como titulares se-

rão ordenados e considerados suplentes.

★ O número de membros dos diretórios estaduais deverá ser de 25 a 59; dos diretórios municipais, de 11 a 43; dos diretórios zonais, 8 a 14.

★ Nos municípios com menos de 300 filiados aptos a votar, não haverá eleição de delegados ao encontro de base. Nesses casos, todos os filiados serão considerados automaticamente delegados.

Fases do PED

1ª – Listas de filiados aptos a votar

Os diretórios municipais e estaduais já fizeram a conferência dos filiados que estão aptos e enviaram as listas ao diretório nacional, que também já julgou recursos pendentes. As listas foram fechadas seis meses antes da

eleição.

2ª – Inscrição de chapas

A data limite para inscrição das chapas e candidaturas é: Nacionais – até 21 de maio; Estaduais – até 20 de junho; Municipais – até 20 de julho.

3ª – Debate

Nesta fase, os candidatos e as chapas apresentarão suas propostas. A comissão de organização eleitoral de cada diretório, subordinada à respectiva Executiva, definirá o calendário de atividades desta fase em cada instância. O Diretório Nacional do PT está produzindo um site na internet que publicará todas as teses das chapas registradas até dia 21 de maio. Também haverá espaço para artigos e debates entre as chapas e os candidatos à presidência do partido. Segundo

decidiu a Executiva Nacional, as teses das chapas nacionais também serão impressas e amplamente distribuídas aos filiados do PT.

4ª – Eleição

Ocorrerá no dia 18 de setembro, das 9h às 17h. Os filiados deverão votar nas chapas e nos candidatos às presidências zonal (se houver), municipal, estadual e nacional. Os locais de votação terão, obrigatoriamente, que fixar em local visível a lista com todas as chapas e seus componentes. O partido estima que haverá, em média, uma urna a cada 300 eleitores. E todos os municípios que tenham filiados aptos a votar terão ao menos uma urna. Cada zonal ou cada município terá uma comissão de apuração, além de fiscais indicados por todas as chapas.

O segundo turno da disputa às presidências do partido ocorrerá três semanas após o primeiro turno, ou seja, nos dias 8 e 9 de outubro. Haverá segundo turno caso haja mais de dois candidatos e nenhum deles atingir mais de 50% dos votos ou se dois candidatos empatarem.

5ª – Encontros

As novas direções eleitas no PED serão empossadas nos encontros, cujas datas ficarão assim definidas: Encontros zonais/municipais – 8/9 de outubro (ou 15/16 nos locais onde houver segundo turno); Encontros municipais de cidades com zonais – 22/23 de outubro; Encontros estaduais – 5 e 6 de novembro ou 12/13 de novembro; Encontro nacional – 2,3 e 4 de dezembro.

25 ANOS

Partido debate relação com movimentos sociais

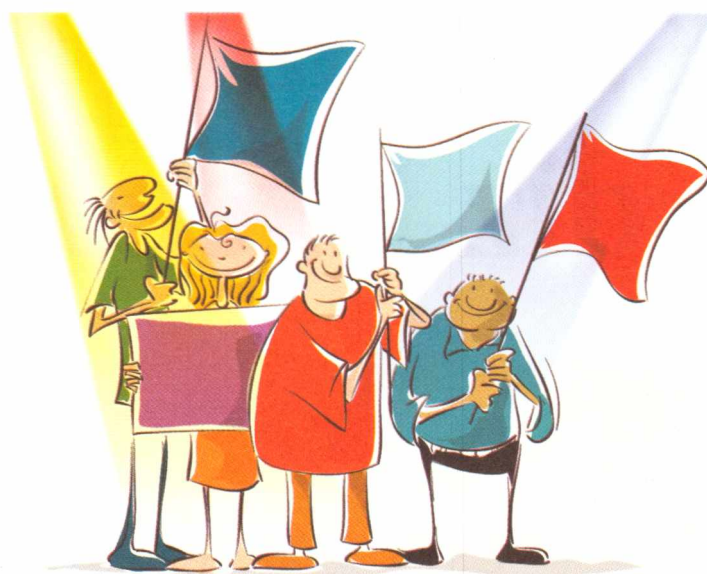
Nos dias 14 e 15 de maio, em São Paulo, o PT coloca na mesa de debates a relação do partido com os movimentos sociais no novo contexto que se inaugurou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. A Conferência Nacional *O PT e os Movimentos Sociais* é organizada por dez secretarias setoriais do partido que dialogam com os movimentos, em parceria com a Fundação Perseu Abramo.

Conforme ressaltam dirigentes petistas, o diálogo com os movimentos sociais sempre pautou a atuação do PT, mas, com Lula presidente, merece uma nova reflexão de ambos.

De acordo com Martvs das Chagas, secretário nacional de Combate ao Racismo do PT, partido e movimentos devem manter uma fina sintonia para que haja melhor atuação de ambos, somando esforços sem que um torne-se sombra do outro.

“Dialogar não significa que o partido deve se submeter aos movimentos sociais nem que os movimentos devem se submeter à luta partidária”, ressalta. Para ele, o diálogo deve surgir um ponto de equilíbrio que permita o aprofundamento de um novo projeto para o país, tendo como protagonistas os trabalhadores e os setores mais pobres da sociedade.

Para o secretário nacional de Cultura do PT, Glauber



Piva, do desafio que deve estar em pauta é o de manter a atualidade da relação entre os movimentos e o partido. “As relações se modificam, mas não muda o princípio de solidariedade e parceria que existe entre os dois”.

Atualizar atuação

Há uma dinâmica na sociedade que demanda do PT igual mobilidade, analisa Piva. “O partido deve atualizar sua forma de atuação e seus pontos programáticos. Estamos procurando, com a conferência, promover um diálogo entre os projetos dos movimentos e o que o PT está apresentando para a sociedade nos governos municipais, estaduais e federal.”

Para a secretária nacional de Mulheres do PT, Conceição Nascimento, existe uma cobrança por parte dos movi-

mentos sociais para com os governos petistas que não há em relação a governos de outros partidos.

“A expectativa é muito grande. Com dois ou três anos não se consegue cobrir todas estas demandas. Com a realização da conferência, pretendemos colocar na mesa o que cada um, nós e eles, estamos pensando.”

Inscrição

A conferência é voltada aos coletivos nacionais setoriais, a petistas dirigentes de entidades ligadas a movimentos sociais e a representantes dos diretórios regionais (limitados a três representantes por Estado).

As inscrições devem ser feitas pelo e-mail conferencia@pt.org.br.

Em função do espaço, as vagas são limitadas.

Programação

DATA: 14 E 15 DE MAIO

Horário: das 10h às 18h
Local: São Paulo (Hotel Pestana – Rua Tutóia, 77)

Dia 14

10h – Abertura
• José Genoíno, presidente nacional do PT, e secretários dos setoriais.
• Hamilton Pereira, presidente da FPA.

10h30 – “O Movimento Social Brasileiro nos últimos 25 anos”
• Lucio Kowarick – prof. titular do Departamento de Ciências Políticas da USP.
• Maria do Carmo Albuquerque – Instituto Polis.

11h30 – O PT e os Movimentos Sociais

• Sônia Hypólito, ex-secretária nacional de Movimentos Populares;
• Antonio Carlos Spis, coordenação dos Movimentos Populares;
• Hamilton Pereira, presidente da FPA.

13h – Almoço
14h – Grupos de Trabalho
16h30 – Café
17h – Plenária

Dia 15

9h – O Governo Lula e os Movimentos Sociais
• Luiz Dulci, ministro da Secretaria-Geral da Presidência;
• Nalú Faria, da Coordenação dos Movimentos Sociais;
• Albino Rubim, diretor da Faculdade de Comunicação da UFBA.

10h30 – Café
10h45 – Grupos de Trabalho
13h30 – Almoço
14h30 – Plenária Final
16h – Encerramento

Seminários discutem rumos da esquerda e projeto nacional

Como parte das comemorações dos 25 anos do PT, o partido promoverá dois seminários nacionais que discutirão as perspectivas do projeto nacional, o rumo histórico da esquerda e o papel do PT. Os seminários ocorrerão em São Paulo, nos dias 13 e 14 de maio, às 19h.

No primeiro deles, sobre as perspectivas do projeto nacional, debaterão o ministro José Dirceu (Casa Civil), o deputado João Paulo Cunha

(PT-SP) e o cientista político Juarez Guimarães, professor da Universidade Federal de Minas Gerais. No segundo seminário, sobre o rumo da esquerda e o papel do PT, participam o ministro da Educação, Tarso Genro, o presidente nacional do partido, José Genoíno, e o 3º vice-presidente do PT, Valter Pomar.

O credenciamento para os seminários será realizado no local do evento. Não é necessário fazer inscrição prévia.

Sorg capacita petistas para Rede PT Brasil

A Secretaria Nacional de Organização do PT está realizando seminários em todas as regiões do país com o objetivo de capacitar o partido na implantação dos dois primeiros sistemas que integrarão a Rede PT Brasil: o sistema informatizado do PED e o de Gestão Documental.

Até o dia 10 de maio, já haviam sido realizados quatro seminários: região Norte I (Pará, Amapá e Maranhão), Norte II (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), Nordeste II (Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco) e Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Outros cinco

estão previstos, conforme calendário abaixo.

Participam dos seminários o secretário nacional de Organização do PT, Gleber Naimé, os presidentes estaduais do partido, secretários estaduais de organização, os coordenadores das microrregiões e das equipes de técnicos dos respectivos diretórios estaduais e do Diretório Nacional.

“O momento é rico porque, com um número reduzido de representantes a cada encontro (serão nove no total), conseguimos um contato mais próximo e podemos solucionar as dúvidas de modo mais detalhado”, afirma Gleber. Se-

gundo ele, a intenção é fazer com que os representantes dos Estados multipliquem as informações em suas respectivas macrorregiões.

Nos locais dos seminários está sendo apresentada a exposição Iconográfica “PT 25 anos: Trajetórias”, em homenagem aos 25 anos do PT. A exposição, organizada pelo Núcleo de Documentação do PT em parceria com a Fundação Perseu Abramo, pretende resgatar o contexto político que deu origem ao PT e sua história, e destacar os esforços de militantes anônimos que construíram o partido

(leia ao lado).

Estados devem divulgar exposição

A Secretaria Nacional de Organização do PT está solicitando aos diretórios estaduais que divulguem, nos eventos do PT nos respectivos Estados, a exposição iconográfica “PT 25 anos: Trajetórias”.

De acordo com a Sorg, a Fundação Perseu Abramo irá repassar a todos os diretórios um exemplar da exposição, que deve ser ampliada para espaços públicos e culturais de forma a ser vista também pela sociedade. A secretaria nacional de Organização informa que, com o objetivo de acompanhar o impacto deste investimento, serão realizadas consultas periódicas sobre a utilização da exposição.

Os interessados em divulgá-la em suas cidades deverão contatar o respectivo diretório estadual.

OPINIÃO

As eleições diretas do PT

José Genoíno*

O Partido dos Trabalhadores (PT) está dando início a um processo de debates que terá seu desfecho na realização de eleições diretas internas, em setembro, de todas as direções do partido. Nenhum outro partido no Brasil e, ao que se sabe, poucos partidos no mundo têm processos similares de escolha democrática de suas direções tão abrangentes como esse que será realizado pelo PT. Os mais de 800 mil filiados terão direito de participar.

Para a disputa da direção nacional do PT deverão inscrever-se quatro ou cinco chapas, com um número mais ou menos correspondente de candidatos à presidência do partido. Ao contrário de expressar uma divisão, este número de chapas e de candidatos é revelador da pluralidade interna do PT - um dos principais fatores de seu vigor e de sua força militante. Não seria nem conveniente nem desejável para o debate, para a energia e para a força do PT, que suas eleições diretas internas se reduzissem à configuração de uma única chapa e de um único candidato a presidente. Trata-se de um equívoco de alguns analistas da política, portanto, estabelecer um sinal de igualdade entre os conceitos de pluralidade e de divisão, em face desta diversidade interna do PT.

A centralidade do debate versará sobre os rumos estratégicos do Brasil e o programa que o PT pretende sustentar para governá-lo. Este debate não interessa apenas aos militantes do PT, mas também à opinião pública. Por isso, pretendemos realizá-lo de tal forma que todos os setores interessados da sociedade possam, de alguma forma, interagir com o debate do PT. Na democracia, nenhum partido pode ter a pretensão de definir sozinho quais são os rumos estratégicos de um projeto para o Brasil. Mas, na medida em que são os partidos que elege os governantes pelo voto popular, cabe a eles a responsabilidade principal de organizar os processos e os debates que resultam na definição de programas de governo.

Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 o PT passou a viver uma transição interna que deverá ser concluída com as eleições das direções e com o encontro nacional do partido e, partindo do acúmulo alcançado até agora, com a reforma de seu programa. A natureza da transição interna que o PT vive se define pela necessidade de assumir uma cultura de governo, uma responsabilidade de governo e um programa de governo. É preciso ter consciência de que a natureza da cultura, da responsabilidade e das ações de um partido de oposição são diferentes da natureza da cultura, da responsabilidade e das ações de um partido de governo. Num contexto de mudança de uma posição de oposição para uma posição de governo, o programa do partido deve estar incurso numa relação de continuidade e mudança.

Um partido político, além

de sua elaboração teórica, apreende a realidade também pela sua prática. Ao assumir o governo no início de 2003, o PT passou a assimilar um novo processo de aprendizagem, que deve ser consolidado agora por meio dos debates, das eleições internas e do encontro, que definirá novos parâmetros programáticos. É esta a transição interna que o PT está processando. A forma como esta transição é compreendida não se distribui de maneira igual na militância, nas lideranças políticas, nas correntes organizadas e nos dirigentes do partido. Trata-se de um processo marcado por dúvidas e questionamentos, naturais em qualquer experiência de aprendizagem e mudança. Mas, de modo geral, podemos dizer que a grande maioria dos petistas está construindo um caminho de confluências nesta transição interna e que as dissensões estão sendo pequenas, dados a magnitude e o significado da mudança.

É importante notar ainda que, nesta transição, o que está em debate no PT é o seu enfoque programático, não os seus valores, os seus objetivos gerais e a sua alma de esquerda. Os valores da justiça, da solidariedade, da liberdade e da igualdade estão sendo reafirmados. Os objetivos de levar o Brasil para um caminho de desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda e de reduzir a pobreza e promover a integração social também estão sendo reafirmados. E todos os petistas estão dizendo que o PT é um partido de esquerda porque luta por mais equidade social e econômica, por uma sociedade justa e porque está ao lado dos mais necessitados, dos trabalhadores, dos assalariados em geral e de todos os empregados que comungam a responsabilidade de construir um Brasil próspero e justo.

A tarefa do PT agora consiste em incorporar ao ideário programático do partido os avanços que foram consignados na experiência de ser governo. Mas, na medida em que o governo e a sociedade têm muitos desafios para elevar o Brasil à condição de um país forte, próspero e justo, o PT precisa fazer um debate sobre os caminhos estratégicos, um debate sobre o futuro.

Com 25 anos de existência, com forte enraizamento nos movimentos sociais, ampla experiência no setor público e após dois anos e quatro meses no governo federal, o PT está sendo convocado a desenvolver mais intensamente suas capacidades e melhorar a qualidade de sua contribuição ao Brasil. E a forma de fazê-lo consiste em definir os parâmetros e as diretrizes capazes de levar o nosso país ao desempenho de um papel relevante no contexto global e de garantir o bem-estar para o seu povo. Estas definições só serão possíveis se debatemos o futuro do Brasil e os caminhos para alcançá-lo. É este salto de qualidade que o PT está convocado a dar.

* presidente nacional do PT

(Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo de 23/04/05)

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Marcelo Sereno

EDIÇÃO
Priscila Lambert - MTB 31085

REDAÇÃO
João Paulo Soares (subeditor),
Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga
e Walter Venturini (repórteres),
Renata Bessi e Henrique Melhado
Barbosa (estagiários)

ASSESSOR ADMINISTRATIVO
Rodrigo Zamprogna

APOIO ADMINISTRATIVO
Raíaela Soares

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

SEDE

Rua Silveira Martins, 132
São Paulo, SP CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349

E-mail: pinot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Gráfica King

REGIÃO	LOCAL	DATA
Norte II (AC/AM/RO/RR)	Porto Velho - RO	16 e 17/abr
Nordeste II (BA/SE/AL/PE)	Aracaju - SE	23 e 24/abr
Norte I (PA/AP/MA)	Belém - PA	06 e 07/mai
Sul	Florianópolis - SC	09 e 10/mai
Nordeste I (PI/CE/RN/PB)	Fortaleza - CE	13 e 14/mai
Centro-Oeste (DF/GO/MT/MS/TO)	Brasília - DF	12 e 13/mai
SP	São Paulo - SP	17 e 18/mai*
RJ/ES	Rio de Janeiro - RJ	28 e 29/mai
MG	Belo Horizonte - MG	28 e 29/mai

* (a confirmar)

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PT define política para Amazônia

FÓRUM OCORRIDO EM PALMAS DISCUTIU OS DESAFIOS DO PARTIDO E DO GOVERNO LULA PARA A REGIÃO

As diretrizes do Partido dos Trabalhadores e do governo Lula na região amazônica foram os temas centrais do III Fórum PT Amazônia, realizado nos dias 23 e 24 de abril em Palmas, capital do Tocantins. Ao final do encontro, representantes de nove Estados redigiram o documento *Os Desafios do PT na Amazônia*. O texto enumera as vitórias regionais após a chegada de Lula à Presidência da República, define as prioridades locais que ainda precisam ser atendidas e destaca a necessidade de maior articulação com a direção nacional do PT, de maneira a fortalecer a unidade partidária e incorporar, no âmbito local, os avanços políticos obtidos pelo governo federal.

Também foram apresentadas duas moções: a primeira, de apoio à homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima; e a segunda de apoio à decisão (liminar) da Justiça Federal do Tocantins, tornando sem efeito a lei estadual que reduz a APA-Ilha do Bananal/Cantão em aproximadamente 89% de sua área. A luta para impedir a redução da APA vem sendo travada pelo deputado estadual José Santana (PT), que votou contra o projeto de lei na Assembléia Legislativa.

O Fórum teve a parceria da Fundação Perseu Abramo e a participação, entre outros, do secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e do presidente nacional do PT, José Genoino, além de deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos e vereadores. Leia abaixo a íntegra do documento final:

Os Desafios do PT na Amazônia

1. Neste III Fórum do PT na Amazônia, uma certeza se consolida: o papel que a Coordenação da Amazônia e seus fóruns de discussão e articulação vêm desempenhando é de fundamental importância para o crescimento do partido e para implementação das políticas do governo Lula na região, como conquista dos amazônidas que o elegeram com ampla margem de votos.

2. Este III Fórum do PT se

coloca no processo de acúmulos que as forças democráticas da Amazônia têm construído, entre outros, a partir da realização das Conferências da Amazônia, desde 2001, consideradas um marco e exemplo de articulação entre o partido através da Fundação Perseu Abramo, sociedade civil e governos, gerando resultados positivos políticos e institucionais.

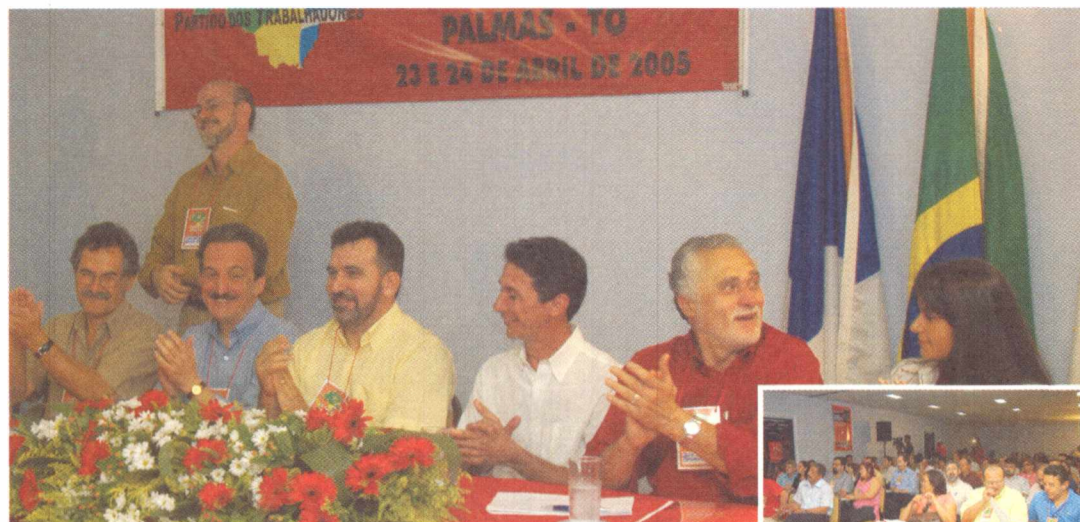
3. É claro que esta constatação não exige o PT de debater os desafios a serem ainda superados. O compromisso do PT com a democracia impõe a busca de instrumentos que ampliem a participação popular, viabilizem o controle social e façam com que as políticas públicas se coloquem na lógica do desenvolvimento local, sustentável e solidário.

4. Entre os desafios, destaca-se a necessidade de melhorar a sintonia entre a coordenação regional e a direção nacional do partido, no sentido de garantir que o PT na região incorpore os merecidos créditos dos avanços políticos conquistados pelo governo Lula.

5. A relação com os aliados também merece melhor articulação entre a ampliação da base política e a unidade em torno da execução do programa do governo Lula. Da mesma forma, é preciso conjugar os esforços para aperfeiçoar as relações com os movimentos sociais e o conjunto da militância, no sentido de tornar compreensível os movimentos do governo, e que este considere ainda mais a opinião da base política do partido na região.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano da BR-163 e a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

6. Entre as principais resoluções definidas desde o I Fórum do PT da Amazônia e conferências realizadas — com destaque para o II Fórum do PT, em Manaus, no ano de 2003, e a III Conferência da Amazônia, em Porto Velho, no ano de 2004 — duas merecem destaque: I) a necessidade de uma visão de planejamento estratégico integrado para a Amazônia, com respeito às especificidades regionais, e; II) o importante papel do ordenamento territorial para a implementação de um novo modelo



Políticas devem seguir a lógica local, conclui evento

de desenvolvimento regional.

7. O PAS é fruto desta compreensão e do esforço governamental, no diálogo da União com os governos estaduais, que inclui com destaque diversos membros do partido, técnicos/políticos, nas mais diferentes esferas dos governos. Os eixos temáticos apresentados no PAS estão muito sintonizados com todo o acúmulo construído pela militância do partido, tais como: I) gestão ambiental e ordenamento territorial; II) a produção sustentável com inovação e competitividade; III) a inclusão social e a cidadania; IV) a infraestrutura para o desenvolvimento; e V) o novo padrão de financiamento.

8. O desafio da Consulta Pública do PAS precisa incorporar a força social do partido como uma dimensão de sua mobilização política e, daí, fazer com que suas diretrizes e eixos temáticos perpassem a elaboração e execução das políticas, programas e projetos públicos nacional e estaduais na região.

9. A capacidade de implantação do PAS estará à prova na execução do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da rodovia BR-163, Cuiabá – Santarém, em fase avançada de debate público. O PDRS da BR-163 possibilita o exercício prático da validade ou não das diretrizes do PAS e a replicabilidade de sua metodologia nos demais projetos a serem implantados na região.

10. No Plano da BR-163, o ordenamento territorial tornou-se eixo importante para o sucesso das ações de sustentabilidade de construção da estrada. As ações voltadas para o combate à grilagem de terras, a reorganização fundiária e a criação de unidades de conservação, com prioridade para a posse dos ribeirinhos e posseiros da região, desencadearam

atos de violência por parte dos setores conservadores e grileiros, levando à morte diversas lideranças locais, com destaque para o caso da irmã Dorothy.

11. O governo Lula não tem medido esforços para enfrentar a situação, garantindo o aumento da presença efetiva do Estado na região, e o PT na Amazônia se coloca como força sustentadora de soluções definitivas. Principalmente no enfrentamento da insegurança em relação à execução de demais ações ligadas ao Plano da BR-163 e outras políticas centrais, como a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, que buscam garantir a sustentabilidade social das comunidades locais e municípios.

12. A corajosa homologação da Raposa Serra do Sol representa não apenas uma política de governo, mas uma conquista histórica dos povos indígenas e dos setores mais avançados da sociedade, como movimentos sociais, ongs, Cimi e a CNBB. Mais de 20 anos de lutas pela demarcação e homologação foram vencidos, mas temos que estar atentos aos novos desafios, como a regularização da situação dos não-índios e os investimentos necessários para que o Estado de Roraima possa se desenvolver, distribuindo riqueza com geração de emprego e cidadania entre todos.

O PT da Amazônia aponta prioridades para o governo Lula na região

13. O conjunto de iniciativas já realizadas ou em andamento no governo Lula reflete parte das recomendações e do acúmulo de debates realizados pelos espaços organizados pela Coordenação da Amazônia e pelas três conferências da Amazônia que até aqui aconteceram.

14. Entre estas ações podemos citar: I) a institucionalização do Pró-Ambiente; II) a for-

mulação do Plano de Saúde para a Amazônia Legal; III) os planejamentos de Arranjos Produtivos Locais e a produção familiar iniciados pela ADA; IV) linhas de financiamento para modernização do parque industrial florestal; V) criação de reservas extrativistas, com destaque para a Verde para Sempre; VI) criação de unidades de conservação, seguindo as orientações do Fórum de Macapá; VII) criação de modalidade de assentamento florestal no âmbito da reforma agrária; VIII) o plano de combate ao desmatamento com a participação de 11 ministérios; IX) a anulação da titulação de terras griladas, frutos de concessões públicas, X) a apresentação do projeto de lei de Política Florestal; XI) a implantação do Luz para Todos, do Bolsa Família e demais políticas nacionais.

15. No entanto, o caráter inacabado e dinâmico da implantação destas políticas exige mecanismos de acompanhamento e monitoração permanentes, considerando ainda a tarefa cotidiana de negociação com os aliados, com quem partilhemos o exercício de governo. Assim é que se coloca como tarefa central o fortalecimento do Fórum de Gestores Federais da Amazônia, sob coordenação da ADA.

16. Institucionalmente, o PT na Amazônia teve um grande aumento em sua representação política, um governo estadual, 4 capitais, 5 senadores(as), e um número de deputados federais (12) e estaduais (24), prefeitos (74) e vereadores (585) que consolidam o PT como alternativa real de poder na região e importante peso nacional. Portanto, o partido também precisa cumprir o papel de facilitador das relações entre o governo federal e os governos estaduais e municipais que conquistamos, e que serão fundamentais na batalha política

nação que se avizinha.

17. Apesar do grande volume de ações governamentais realizadas e empenho de diversos militantes nos mais diferentes níveis de governo, é importante chamar a atenção para o insuficiente grau de comunicação do governo com a sua base e a sociedade, que faz com que o partido não capitalize o reconhecimento da mesma.

18. Considerando o tempo político que dispomos, é preciso concentrar esforços para a concretização de ações fundamentais, tanto para a consolidação de um novo processo de desenvolvimento para a região como para o cenário político que estará se construindo para o ano de 2006.

19. Apontamos como prioridades para este período: I) Avanço no Ordenamento Territorial e regularização fundiária; II) Consolidação da Lei de Gestão de Florestas; III) Consolidação da política indígena; IV) Articulação de uma política de financiamento do desenvolvimento (FNO, FDA, Sufrema, BNDES, BASA etc.) que respeite a lógica dos arranjos produtivos locais e que destine parte dos royalties para investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação; e V) Definição de uma matriz de infraestrutura energética e viária, com a construção das usinas de Belo Monte e do Madeira, implantação das usinas de biodiesel, do gasoduto Coari-Manaus/Urucu-Porto Velho, o asfaltamento das BRs 230, 163, 156, 158, 319, e recuperação da BR-316 e outras não pavimentadas. É fundamental a hidrovía Araguaia-Tocantins, incluindo as eclusas de Tucuruí e Lageado, a Ferrovia Norte-Sul e a Ferro-Norte. Destacamos por fim que a liberação dos recursos para obras devem respeitar o tempo amazônico, principalmente o ciclo das chuvas.

20. Registramos ainda a necessidade de atender as demandas específicas como o fortalecimento do Incri, Ibama, Funai, Universidades e DRTs na região, o deslocamento da sede da Ahitar e da Valec para a cidade de Palmas, a imediata recriação da Sudam. Entre as outras demandas de infraestrutura, destacamos a ponte internacional do Oiapoque-Guiana Francesa, o Porto de Santana, Santarém e Conceição do Araguaia, o Aeroporto de Macapá, a aceleração do Luz para Todos e maiores investimentos em infraestrutura urbana.

Palmas, 23 e 24 de abril de 2005

Democracia participativa depende da esquerda, conclui seminário

A falta de participação popular no Poder Legislativo, o esgotamento da democracia apenas representativa e o papel da esquerda na mudança desse cenário foram temas de destaque do seminário Democratização do Parlamento, realizado em 28 e 29 de abril pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. O encontro teve a participação de integrantes do Partido Socialista Democrático (PDS), da Alemanha.

Numa das mesas, debatedores e público discutiram os avanços promovidos pelos Orçamentos Participativos (OP) — marca dos governos petistas — e destacaram a necessidade de os legislativos se adaptarem a essa nova maneira de gerir os recursos públi-

cos, que privilegia a consulta da sociedade e dificulta práticas consideradas condenáveis, como o clientelismo e fisiologismo.

“A representação política dos parlamentos brasileiros ainda está longe do grau de interlocução e transparência atingido pelo Executivo”, afirmou o secretário de Planejamento Participativo da prefeitura de Recife, João Costa. Ele lembrou, porém, que após quatro anos de OP em Recife, mesmo os setores mais conservadores já começam a se adaptar ao modelo descentralizado. “Não são todos, mas muitos já descobriram que este é o melhor caminho”.

O vereador Alfredo Costa, do PT de Belém, fez avaliação parecida. Ele lembrou que, no ano da implantação do



Evento discute crise da democracia só representativa

OP na capital paraense, em 1997, houve muita resistência da câmara local. “É por isso que qualquer governo que se diga de esquerda tem de ter participação popular, tem de aumentar o nível de consciência do povo”, disse.

Para Pedro Pontual, coordenador do Instituto Polis, o

Brasil vive uma espécie de crise da democracia representativa, provocada pela insuficiência da concepção democrática tradicional, baseada no voto. “É preciso pensar como transportar a riqueza das experiências participativas para o legislativo. Se nosso objetivo é democratizar a gestão

pública, precisamos de uma variedade de instrumentos, de uma cultura participativa.”

Falta de informação

Um dos grandes entraves à democratização do legislativo, na opinião de Pedro Uczai, ex-prefeito de Chapecó (SC), é a falta de informação da população quanto aos seus direitos. “A própria estrutura física dos parlamentos, que na maioria não comporta a presença popular, impede a manifestação do povo”, analisou.

A deputada Fátima Bezerra (PT-RN), presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara, lamentou que poucas pessoas conheçam os avanços promovidos pela Constituição de 88, que permitiu a apresentação de projetos de iniciativa popu-

lar no Congresso. A comissão presidida pela deputada foi formada há quatro anos justamente para facilitar esse processo. De lá para cá, recebeu 300 propostas, sendo que 89 acabaram convertidas em projeto de lei ou requerimentos. “Mas nenhuma ainda tornou-se lei”, ressaltou.

Hamilton Pereira, presidente da Fundação Perseu Abramo, acredita que cabe a esquerda, em especial ao PT, a missão de modificar essa realidade. “O partido possui um caráter que repousa na ação coletiva. Ele possui o poder das assembleias e deve utilizar o que aprendeu nas grandes manifestações de sindicatos para legitimar a ação dos representantes em nome de seus representados, a população”.

D I A D O T R A B A L H A D O R

Conquistas marcam 1º de Maio

**MANIFESTAÇÕES
APÓIAM NOVA
POLÍTICA PARA
O SALÁRIO MÍNIMO E
REFORMA SINDICAL**

Trabalhadores e sindicalistas saíram às ruas no último 1º de Maio com mais motivos para comemorar do que protestar. A queda dos índices de desemprego — com a criação de 2,3 milhões de postos com carteira assinada —, o aumento da renda média do trabalhador, o projeto de reforma sindical e a nova política do salário mínimo transformaram a data num ato de confiança nos rumos do governo.

“É um dia histórico para o trabalhador. Estamos avançando a cada tempo na conquista dos nossos direitos”, disse o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante o ato de 1º de Maio promovido pela entidade, com 1 milhão de pessoas na avenida Paulista, em São Paulo. O dirigente lembrou que a situação está longe da ideal e que o salário mínimo ainda é baixo, mas ressaltou que os avanços obtidos no governo Lula colocam as lutas do trabalhador em um novo patamar.

Além de receber o maior aumento real da última década (*leia texto nessa página*), o reajuste do salário mínimo passa, a partir do ano que vem, a estar vinculado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Antiga reivindicação da CUT e de outras entidades sindicais, a garantia foi colocada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que o governo enviou ao Congresso em abril. Lula também criou uma comissão quadripartite (governo, trabalhadores, aposentados e empresários), que irá discutir fórmulas para recuperação do poder de compra do mínimo.

“Fizemos bons acordos nas campanhas salariais por causa da retomada do crescimento da economia. Conquistamos não somente a reposição da inflação, mas também aumento real no salário mínimo. Se comparar com os dois governos de FHC, Lula está ganhando de goleada”, conclui Marinho.

Dia de luta

O presidente nacional do PT, José Genoino, também comemorou as conquistas sociais do governo Lula sob perspectiva de que ainda há muito por fazer. No palco montado na Paulista, disse à multidão de trabalhadores: “A minha referência nesta data é a luta, é o protesto. Vamos continuar protestando, exigindo e lutando. A luta faz vitórias. A nossa luta deve continuar, estando nós no governo, fora do governo, nas greves, nas caminhadas e nas marchas para que o país seja capaz de crescer e gerar mais empregos”.



“Nos dois primeiros anos de governo, expandimos o número de empregos e melhoramos a remuneração média dos trabalhadores.” (Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho e Emprego)



Manifestação na Paulista, promovida pela CUT, reuniu 1 milhão de trabalhadores e reiterou apoio ao governo Lula

ENTREVISTA

Reforma sindical vai fortalecer categorias

A aprovação do projeto de reforma sindical, já enviado ao Congresso, irá representar uma das maiores vitórias dos trabalhadores no governo Lula, avalia o deputado Vicentinho (PT-SP), relator da comissão especial da Câmara que analisa a proposta. Segundo ele, a reforma vai impedir a proliferação dos “sindicatos de carimbo”, fortalecendo a transparência e as entidades realmente comprometidas com os interesses de suas categorias.

“O presidente Lula se pauta pela sua história de vida para viabilizar este projeto, que dará maior poder de negociação aos sindicatos. Existem muitos aspectos para melhorar a vida do trabalhador que não dependem do governo, mas do poder de negociação com os empregadores”, diz Vicentinho.

Entre os pontos importantes da reforma, estão o fim do



Vicentinho: reforma acaba com “sindicatos de carimbo”

imposto sindical e a possibilidade de o sindicato abrir processo trabalhista em nome do trabalhador. O projeto assegurará também a representação sindical no local do trabalho, nos moldes das comissões de fábrica. “Assim, a assembléa

sindical terá mais força porque poderá negociar diretamente com os interesses patronais. O trabalhador terá um representante no momento do conflito”, explica o deputado.

José Genoino, presidente do PT, afirma que o partido

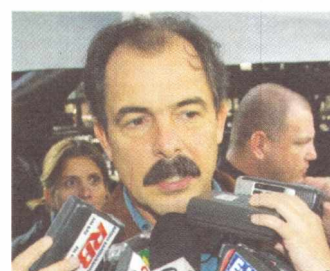
lutará no Congresso para que o projeto não seja descaracterizado. “Não podemos deixar que permaneça esta estrutura sindical viciada, pelega e burocrática que não representa a maioria dos trabalhadores”, enfatiza. Ele lembra que o governo debateu amplamente a proposta, através do Fórum Nacional do Trabalho, antes de enviá-la aos parlamentares. As discussões do Fórum, que reuniu governo, trabalhadores e empresários, duraram dois anos.

Apesar disso, setores da oposição já se organizam para alterar algumas garantias colocadas no projeto. Para o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, qualquer nova divergência deve ser resolvida com o ministério ou no próprio Congresso.

“Estamos abertos ao diálogo para avaliar se existe algum aperfeiçoamento que possa ser feito.”



“Lula fez a economia crescer mais do que nos dez anos anteriores. Agora é preciso fazê-la crescer mais para garantir a ampliação das vagas de emprego.” (Eduardo Suplicy, senador PT-SP)



“A reforma sindical é uma iniciativa muito importante porque a estrutura presente é dependente e atrelada ao Estado. Está na hora de mudar para melhor.” (Aloizio Mercadante, senador PT-SP)



“O governo Lula pensa prioritariamente no trabalhador e executa políticas que já apresentam resultados, como a criação de 2,5 milhões de empregos.” (Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo)

Mínimo tem maior aumento real em 10 anos

O novo valor do salário mínimo, em vigor desde 1º de maio, representa o maior aumento real dos últimos 10 anos, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O percentual varia de acordo com o indicador utilizado. Pelo Índice de Custo de Vida (ICV), o reajuste acima da inflação é de 6,5%. Pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), salta para 8,8%.

Criado em 1940 para suprir as necessidades básicas do trabalhador, o mínimo decaiu progressivamente até atingir, em 1995, seu nível mais baixo — 24,53% do valor original. “De lá para cá, com a paridade cambial e o controle da inflação, vem havendo uma lenta recuperação, mas nunca com índice tão expressivo como agora”, afirma o economista José Maurício Soares, do Dieese. Segundo ele, a média de aumento real, na última década, foi de 3% ao ano.

A paridade cambial também foi responsável por um padrão muito utilizado nos anos 90, segundo o qual o salário mínimo deveria ficar em torno de US\$ 100. Ele de fato permaneceu nessa faixa nos primeiros anos do real, mas caiu quase à metade no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu, em janeiro de 2003, o mínimo era de R\$ 200 e equivalia a US\$ 56. Hoje, está em R\$ 300 e vale em torno de US\$ 118 (aumento de 110%).

Soares não gosta desse tipo de comparação, pois desconsidera muitas variáveis. “Para chegar a um padrão correto, teríamos de pegar uma cesta de bens comuns entre vários países e fazer os cálculos de acordo com o poder de compra em cada um deles”, comenta.

Ele reconhece, porém, que as sucessivas quedas do dólar no governo Lula contribuem para estabilizar os índices de custo de vida. “O dólar tem influência indireta na definição de muitos preços”, explica.

Para o economista do Dieese, também importante é o fato de o Brasil estar prestes a se tornar auto-suficiente em petróleo. “A questão do combustível, do transporte das mercadorias, pesa muito nos preços. Com a auto-suficiência, esse risco diminui”, conclui.



“A desaceleração do desemprego é, sem dúvida nenhuma, uma grande obra do governo Lula, que tem uma relação direta com os trabalhadores.” (João Paulo Cunha, deputado federal PT-SP)

GOVERNO

Gastos públicos se mantêm estáveis

Antônio Cruz/ABR

Relatório divulgado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento mostra que o governo federal tem mantido com rigor o controle dos gastos públicos, ao contrário do que setores da oposição tentam fazer a opinião pública crer. Os dados revelam que as despesas públicas estão estáveis, que o compromisso de não aumentar a carga tributária do país está sendo cumprido e que medidas adotadas estão permitindo redução dos gastos, principalmente em relação às compras públicas.

“Manter as finanças em ordem é um pressuposto para que qualquer governo, independentemente de partido, consiga viabilizar um projeto nacional eficiente. Este governo tem responsabilidade fiscal e, simultaneamente, executa políticas sociais eficazes e promove o crescimento econômico”, diz o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Estudo divulgado no dia 2 de maio pelo Tesouro Nacional demonstra que as despesas com pessoal e encargos sociais vêm se mantendo estáveis (em torno do 5% do PIB) desde 2003. O documento também mostra que o crescimento nominal dos gastos com funcionários — R\$ 23 bilhões entre 2002 e a projeção para 2005 — indica o es-

forço do governo para melhorar a qualidade do serviço público e a remuneração dos servidores, mas sem prejudicar o equilíbrio das contas públicas.

A despesa com pessoal está abaixo do teto definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre 2002 e 2004, houve decréscimo na relação entre as despesas líquidas com pessoal e a Receita Corrente Líquida (RCL) que passou de 31,88% para 31,22% e 30,25%, respectivamente. O governo ainda reduziu os gastos com contratos terceirizados (R\$ 95 milhões em 2002 para R\$ 15 milhões em 2004), com incentivos às demissões voluntárias e com inativos com recursos vinculados, o que mostra a política de substituição de funcionários terceirizados por servidores concursados.

O acréscimo nominal das despesas com pessoal se refere à reestruturação das carreiras civis e militares na esfera federal. Em 2003, houve a reestruturação de oito carreiras/cargos, no ano passado foram 56 carreiras e em 2005 serão mais oito. No total, a reestruturação de carreiras já beneficiou 1,61 milhão de servidores civis. No caso dos militares, houve aumento de 10% na remuneração de 653.349 servidores.

Servidores

Com relação ao número de servidores públicos federais, o acréscimo de 5,16% em relação a 2002 (considerando ativos, inativos e pensionistas dos três Poderes) se deveu principalmente pelo aumento de 41 mil pensionistas e de 28 mil servidores que estavam cedidos ao SUS (Sistema Único de Saúde) e voltaram a constar do cadastro da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Além disso, foram incorporados 20 mil recrutas às Forças Armadas, a maior parte no âmbito do Programa Soldado Cidadão.

Como consequência do envelhecimento da força de trabalho federal, das aposentadorias daí decorrentes e da necessidade do fortalecimento de algumas atividades, 12 mil servidores ingressaram por concurso público, em 2004, para as áreas de fiscalização tributária (auditores fiscais e técnicos da receita federal), jurídica (advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores federais), pessoal do ciclo de gestão (analistas de orçamento, finanças e controle) e polícia (federal e rodoviária federal). O aumento líquido dos funcionários civis na administração direta foi de 640 desde 2002. *(Boletim Em Questão)*



Bernardo: manter finanças em ordem é pressuposto para um projeto nacional eficiente

Medidas garantem maior economia

Uma série de medidas adotadas pelo governo federal tem permitido a economia nos gastos e melhoria da qualidade do uso de dinheiro público. O maior exemplo é a redução das despesas com as compras. A implantação do pregão eletrônico em alguns órgãos federais reduziu custos com licitações. Este é o caso do Ministério da Saúde, que já economizou 30% em suas compras com o uso dessa modalidade licitatória.

O governo federal tem a meta de aumentar, até o final de 2006, de 30% para 60% o quantitativo de compras efetuadas por pregão eletrônico. “Com isso é possível reduzir em pelo menos 10% as despesas com compras”, explica o ministro Paulo Bernardo. Outro recurso que permitirá maior economia e controle dos gastos é o sistema informatizado de emissão de passagens e diárias. O sistema, já em

funcionamento no Ministério do Planejamento, vai controlar desde o pedido da passagem até a prestação de contas, facilitando inclusive o trabalho de auditoria.

O ministro do Planejamento também menciona o Plano de Ajuste da Previdência Social como grande avanço para a utilização mais eficiente dos recursos públicos. Medidas como a revisão do cadastro da Previdência e melhoria na gestão dos postos de atendimento vão combater e diminuir as fraudes, além de proporcionar melhor atendimento à população.

Carga tributária

Outro destaque do governo, na avaliação do ministro, é o fim da escalada da carga tributária, que sofreu forte aumento entre os anos de 1996 e 2002. Em 1996, a arrecadação de impostos federais atingiu 11,0% do PIB e

continuou subindo até chegar ao pico, em 2002, de 16,3% do Produto Interno Bruto do país.

Durante o governo Lula, o volume de tributos tem se mantido em torno de 16% do PIB, o que mostra o cumprimento do compromisso do governo de não aumentar a carga tributária.

A diminuição da relação dívida líquida do setor público/PIB também é um fator de solidez nas contas fiscais. Entre 1995 e 2002, essa relação aumentou de 30,6% para 56,5%. Esse percentual caiu em 2004 para 51,6%.

Paulo Bernardo explica que o financiamento da dívida pública crescente acabou sendo feito às custas do aumento da carga tributária, onerando o trabalhador brasileiro, daí a importância da mudança desta tendência nestes dois últimos anos. *(Boletim Em Questão)*

Investimento social cresce 31%

Outra análise feita pelo Ministério da Fazenda — “Orçamento Social do Governo Federal 2001-2004” — aponta que o investimento no social, nos últimos dois anos, cresceu 31% em relação ao biênio 2001/2002. Uma parcela desse aumento foi consequência da expansão das transferências de renda para famílias pobres por meio do progra-

ma Bolsa Família.

Os recursos destinados a programas correlatos mais do que dobrou, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2002 para R\$ 5,8 bilhões em 2004. Apenas em 2004, o governo federal destinou o correspondente a 14,1% do PIB (Produto Interno Bruto) para área social, o que representa um aumento de 18% em relação ao ano

anterior. O orçamento social total — que, além dos gastos diretos, inclui empréstimos, subsídios e renúncias tributárias — foi estimado em R\$ 280,7 bilhões, equivalentes a 16% do PIB. Do total do gasto direto, 67,6% é com previdência social, 12,8% com saúde, 6,5% com assistência social e 5,2% com educação. *(Boletim Em Questão)*

MOVIMENTOS SOCIAIS

PT apóia marcha pela reforma agrária

O presidente nacional do PT, José Genoino, reafirmou o apoio do PT à marcha dos sem-terra a Brasília e assumiu o compromisso de trabalhar, junto ao governo, por uma negociação em torno da reforma. Segundo ele, o cumprimento das metas do governo será resultado de muito trabalho e luta. “A reforma agrária sairá em uma combinação entre ruas e governo. A pressão é legítima e o governo deve dialogar com o movimento para buscar meios para sua execução.”

A Marcha Nacional pela Reforma Agrária começou em Goiânia, no dia 1º de maio, e deverá chegar a Brasília na tarde do dia 16. Um grande ato será realizado na Esplanada dos Ministérios no dia 17. Mais de 11 mil pessoas já aderiram à caminhada, considerada uma forma de negociação com o governo e de conscientização da sociedade.

Segundo o dirigente do MST Charles Trocate, a marcha não é contra o presidente Lula, mas contra as forças que impedem a reforma agrária. De acordo com ele, o presidente compreendeu a impor-



Marcha tem a maior adesão da história: 11 mil pessoas

tância da reforma e assumiu o compromisso de assentar 430 mil famílias durante o seu governo. “Se até agora só assentou 38 mil é porque o Estado é organizado para não atender as necessidades do povo.” Números oficiais do governo apontam que, na verdade, foram assentadas 117 mil famílias entre 2003 e 2004,

e outras 27 mil receberam garantia de assentamento. Ao contrário do governo anterior, que deixou 90% dos assentamentos sem água potável e 80% sem luz elétrica ou estradas de acesso, o governo Lula está priorizando a qualidade dos assentamentos: em 2004, 70% deles receberam serviços de assistência.

Demarcação beneficia 15 mil indígenas em RR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 15 de abril, decreto que criou a reserva indígena, em terra contínua, Raposa/Serra do Sol, em Roraima, beneficiando 15 mil habitantes das etnias Macuxi, Wapixana, Ingari-kó, Taurepang e Patamona.

A medida, reivindicada há 26 anos, representou um importante passo do governo Lula em defesa dos povos indígenas. O decreto destina 1,74 milhão de hectares aos índios, mas exclui algumas áreas da reserva, a fim de preservar direitos de outras populações e questões de Estado. Para o deputado Eduardo Valverde (PT-RO), “a homologação é uma das mais importantes e complexas [decisões] que poderiam ser tomadas”.

No entanto, os índios da comunidade de Flechal, no município de Uiramutã (RR), ligados à Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios do Norte de Roraima), protestaram contra a homologação da reserva em

área contínua e, no dia 23 de abril, fizeram quatro policiais federais reféns. Oito dias depois, os agentes foram libertados. Segundo o deputado estadual Tilton Beserra (PT-RR), esse movimento foi patrocinado por oito arroteiros que possuem extensas propriedades naquela área. Laudo feito em 2004 pelo Incra comprova que apenas oito fazendeiros controlam toda produção de arroz no interior da reserva e criam uma relação de dependência com os índios carentes. Saulo Feitosa, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário, também afirmou que as ações tinham por objetivo “viabilizar legalmente a grilagem de terras” numa disputa de braço entre

o governo estadual e o federal.

No dia 5 de maio, o governo federal anunciou a instalação de um comitê gestor responsável por coordenar as ações federais em Roraima e por discutir planos que promovam o desenvolvimento sustentável do Estado.

O governo também anunciou cinco medidas para garantir o desenvolvimento da reserva e o fim dos conflitos. Entre as ações, estão o pagamento de R\$ 1 milhão em indenização para 27 famílias não-indígenas que estão na reserva; o reforço da linha de crédito do Ministério do Desenvolvimento Agrário para projetos instalados no local; a garantia de que as 63 escolas terão energia elétrica; um novo plano de gestão do Parque Nacional do Monte Roraima, compartilhado com o povo Ingari-kó, e o início do levantamento de lotes vagos no Estado para assentar as famílias que receberão as indenizações.



Lula recebe representante de terra indígena

SEGURANÇA PÚBLICA

Ação federal cria polícia inteligente

REFORMULAÇÃO
CONTA COM
ARTICULAÇÃO
DAS DIFERENTES
FORÇAS DOS ESTADOS

Por Walter Venturini

Questão historicamente relegada aos governos estaduais, a segurança pública passou a ser assunto federal no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além de coordenar uma ação mais incisiva da Polícia Federal em operações por todo o país, o Ministério da Justiça já está implantando, nos 26 Estados e no Distrito Federal, o Sisp (Sistema Único de Segurança Pública), uma articulação inédita de instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal.

O secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, comanda uma reformulação da estrutura policial brasileira, que tornará mais eficiente e rápida a ação contra o crime.

A parceria entre governo federal e os Estados começou com a criação do Sisp, em 2003, melhorando o combate ao crime organizado e ajudando a reduzir a violência. Entre os méritos do Sisp está um resultado inédito: o de integrar as diferentes forças policiais dos Estados — militares e civis —, que antes atuavam isoladas. “Existe uma relação harmônica entre os 27 comandantes de polícias com a Secretaria Nacional. A gestão é técnica. Sou policial de carreira e busco a consolidação da gestão técnica”, afir-



Luiz Fernando Corrêa comanda a reestruturação policial brasileira, que tornará mais eficiente a ação contra o crime

mou Luiz Fernando Corrêa ao PT Notícias.

Inteligência policial

Gaúcho de 45 anos, Corrêa liderou a equipe da PF que desenvolveu com tecnologia nacional o sistema de produção de inteligência policial, o Guardiã. Também implementou projeto pioneiro na utilização do Relatório Digital nas Investigações Policiais, conhecido como inquérito virtual. Na integração dos bancos de dados de digitais com o Afis (Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais), o governo não impôs um modelo, mas trabalhou em conjunto com

técnicos das polícias de todas as unidades da federação.

“Os 27 institutos de identificação participaram do trabalho. Hoje já tramita no Ministério da Justiça a compra dos equipamentos para as redes automatizadas. Em menos de um minuto, a partir de uma impressão digital, poderemos fazer a identificação com base em dados de todo o sistema nacional”, afirma Corrêa. O objetivo é fazer com que o nível tecnológico das polícias estaduais seja equivalente ao da Polícia Federal. O sistema já funciona em todas as superintendências da PF e será levado a todos os Estados. Um banco de dados está

sendo formado nas secretarias estaduais de Segurança Pública.

Infoseg

Outro programa já adotado em todo o país é o Infoseg (Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública). Os 26 Estados e o Distrito Federal estão interligados em rede segura e veloz. Em tempo real, é possível obter informações sobre carteiras de habilitação, veículos, seus proprietários, identidade criminal, mandados de prisão e população carcerária, por exemplo. Hoje há 22 unidades on-line. Existem outros Estados, como São Paulo

e Rio Grande do Sul, que ainda têm plantas tecnológicas diferentes, mas que até o final do mês estarão integrados. O Infoseg é uma parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime e conta com o apoio da Associação Brasileira de Empresas Públicas Estaduais de Processamento de Dados.

Modernizar a polícia nem sempre custa muito, ressalta Corrêa. “O custo para implantar esses sistemas nos Estados é barato. Basta enviar um técnico para fazer a integração. O ganho disso é a perenidade. Muda o secretário, mas a área técnica está comprometida com uma polí-

tica implantada no governo Lula”, disse o diretor Nacional de Segurança Pública.

Motivação

A elaboração compartilhada de programas técnicos possibilitou a integração das estruturas policiais estaduais com a União. “Ganhamos a motivação dos técnicos, que antes trabalhavam de forma isolada nos Estados. Hoje se fala uma mesma linguagem, com uma mesma tecnologia da informação”, contou Corrêa.

A modernização também preserva direitos dos cidadãos. É o que acontece com o Sisp (Subsistema de Inteligência e Segurança Pública) inserido no Sistema Brasileiro de Inteligência, coordenado pela Abin. “É um sistema para obter provas com uma visão de Estado e segurança cidadã, e nada de espionagem”, garante o diretor, que também destaca a implantação, no ano passado, de uma rede de laboratórios regionais de DNA forense. O projeto tem como objetivo implantar e difundir a utilização do DNA como instrumento de investigação e prova, a exemplo de como é utilizado em diversos países do mundo.

“Serão oito laboratórios, com pelo menos um em cada região do país. Nesses locais também será feita a formação de peritos”, informou Corrêa. A Secretaria Nacional de Segurança Pública prevê o investimento de cerca de R\$ 9 milhões para implantação de laboratórios nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Amazonas, no Distrito Federal e no Departamento de Polícia Federal.

Força Nacional forma polícia cidadã, rápida e eficiente

Desde agosto de 2004, mais de 2.700 policiais de todos os Estados e do Distrito Federal passaram pelo programa de treinamento da Força Nacional de Segurança Pública. Até agora, não houve nenhum registro de abuso ou arbitrariedade cometido por qualquer um deles, informa o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa.

Em 2005, serão formados mais 4.500 policiais. Até o final do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva serão 10.500. Cerca de 10% deste número passará por novos treinamentos, formando um comando tático especial para agir em situações de emergência nos Estados. “Se um Estado está com sua capacidade comprometida, os demais, dentro de uma ação cooperativa, podem complementar essa capacidade, sem o emprego precipitado das Forças Armadas”, afirmou o diretor Luiz Fernando Corrêa, para quem a Força Nacional, mais do que um grupo de operações especiais, é uma doutrina para o emprego legal de ações policiais.

Força Nacional

Criada no ano passado pelo governo Lula, a Força Nacional de Segurança Pública é composta pela área de inteligência e pelo efetivo se-

lecionado de grupos táticos e de forças especiais das polícias e corpos de bombeiros estaduais. O grupo de elite é semelhante à força de paz da ONU, e atua quando acionado pelos Estados, em situações de crise que exijam reforço na segurança. Seus componentes são treinados para agir de forma coordenada e integrada.

O batismo de fogo da força nacional aconteceu em novembro de 2004, quando o governo do Espírito Santo pediu ajuda federal para combater o crime organizado no Estado. Foram deslocados 150 policiais que tinham acabado de passar pelo treinamento e atuaram sob o comando estadual. “O grupo teve de realizar uma operação em um baile funk, onde havia cerca de 800 jovens, em um lugar propício a incidentes com policiais. Foram feitas revistas e algumas pessoas foram presas, sem mais problemas. Ao final, o organizador do baile foi ao microfone e elogiou a ação dos policiais, que saíram aplaudidos”, contou Luiz Fernando Corrêa.

Direitos humanos

De acordo com ele, a maior qualidade do Sisp não é sua visibilidade em operações como a do Espírito Santo, mas uma mudança comportamental nos policiais.

“Nos treinamentos, damos muita ênfase à parte de direitos humanos, desde a abordagem de um veículo até a linha de tiro”, afirma Corrêa. O treinamento é dirigido preferencialmente à base das PMs, do soldado ao capitão.

Corrêa observa que as ações do governo federal na área de segurança começam a dar frutos, mas resultados consistentes só podem ser esperados a médio e longo prazos. “Não vamos solucionar já o desmonte de uma estrutura, que ocorreu durante 20 anos, mas queremos convencer o cidadão de que existe uma ação séria. Bogotá demorou 13 anos para reduzir os índices de violência. Estamos trabalhando na cozinha do restaurante, onde as ações não aparecem, mas os resultados serão percebidos.”

Como parte da ação de integração das diferentes esferas de poder e do resgate das instituições, o secretário cita a criação, nos Estados, dos gabinetes de gestão integrada. Das 27 unidades da federação, 20 já estão com gabinetes em plena atividade, instituídos por lei ou decreto dos governadores. Eles se reúnem regularmente para solucionar crises locais.

MST

Um exemplo da ação dos gabinetes de gestão integrada



ocorreu em Alagoas, neste ano, quando militantes do MST ocuparam a delegacia regional do Inera (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Com base nas discussões do gabinete local, os comandantes das polícias Civil e Militar conseguiram negociar a desocupação do prédio sem o emprego da força.

Ensino à distância

O governo federal também avança no ensino à distância para a formação e qualificação de policiais. Uma rede já está sendo instalada nos Estados e no Distrito Federal. “A matriz visa à formação de futuros policiais, mas também dos que já estão trabalhando nas ruas. Fazemos investimentos, por exemplo, no ensino à distância para a área de perícia. Um policial que não saiba preservar o local do

crime inviabiliza todos os investimentos feitos em equipamentos. Essa rede permite o acesso a links de todos os Estados”, explicou o secretário.

Corrêa ressalta também a formação de gestores de segurança pública. “Para isso, fizemos parcerias com universidades de todo o país. São pelo menos duas universidades por Estado, para cursos de especialização em segurança pública”, afirmou.

Toda a escala hierárquica estará presente nesses cursos. “Precisamos que o conhecimento permaneça nas instituições. Neste ano, serão formados mil agentes de segurança nos cursos universitários.”

Prevenção

Outra ação é a parceria do governo federal com as prefeituras. “O trabalho será

realizado prioritariamente em consórcios de municípios”, ressaltou ele, que firmou o primeiro convênio com 14 cidades da região metropolitana do Recife. A prioridade é o trabalho com jovens em situação de risco, que terão apoio com ações voltadas para a orientação social e capacitação profissional.

Neste ano, serão realizadas parcerias com consórcios nas regiões metropolitanas de Vitória, Belo Horizonte e o entorno do Distrito Federal. Também foi firmada uma parceria com a Frente Nacional de Prefeitos.

Nessas ações, há um trabalho conjunto com os ministérios do Esporte e das Minas e Energia. Para este ano, está prevista a iluminação de quadras e campos de futebol de 100 municípios com maior incidência de violência.